

TRT-PR 00516-2007-909-09-00-0 – SEÇÃO ESPECIALIZADA

Relator: ARION MAZURKEVIC

Publicado no DJPR em 04-12-2007

MANDADO DE SEGURANÇA. PRÁTICA DISCRIMINATÓRIA CONTRA EX-EMPREGADOS. TUTELA ANTECIPATÓRIA INIBITÓRIA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. A prática adotada pela empresa, de não permitir que ex-empregados, contratados por outras empresas, exerçam suas atividades no interior de seus estabelecimentos comerciais, bem como não permitir a estes o acesso em novo posto de trabalho na empresa, sem qualquer motivo plausível, é abusiva e discriminatória, ultrapassando os limites do poder diretivo e causando sérios prejuízos a ex-empregados. Tal conduta mostra-se contrária aos direitos e garantias fundamentais, tais como os previstos no *caput* do art. 5º da Carta magna ("todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade"), no inciso XIII do mesmo artigo ("é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer"), no *caput* do art. 6º ("São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" - destaquei), no *caput* do art. 170 ("a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios" - destaquei) e inciso no seu inciso VIII (busca do pleno emprego"). Mandado de segurança concedido para deferir tutela antecipatória em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho a fim de obstar essa prática.

TRT-PR-00903-2009-909-09-00-9-ACO-08119-2010 - SEÇÃO ESPECIALIZADA

Relator: RUBENS EDGARD TIEMANN

Publicado no DJPR em 16-03-2010

MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. A decisão que determina que a impetrante se abstenha de condicionar o cumprimento de suas obrigações à ausência de ajuizamento de ações por seus empregados encontra amparo no artigo 273 do CPC e, de resto, encontra-se em consonância com o inciso XXXV do artigo 5º da Constituição, na medida em que se nem mesmo a lei poderá excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça a direito, com maior razão não poderá fazê-lo a empregadora, mediante previsão contida em um PDI unilateralmente elaborado, no qual estabelece uma espécie de

penalidade aos empregados que lançarem mão de ações para defenderem os direitos que entendem lesionados, desestimulando-os a tanto. Segurança denegada.